

A.I. Nº - 298950.0009/20-1
AUTUADO - R C IMPORT S AUTO PEÇAS LTDA.
AUTUANTE - DENNIS ALVIM ALVES SANTOS
ORIGEM - DAT METRO / INFAZ VAREJO
PUBLICAÇÃO - INTERNET 05/10/2022

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0151-02/22-VD

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO INDEVIDO. VALOR SUPERIOR AO DESTACADO NOS DOCUMENTOS FISCAIS. A simples negativa de cometimento da infração não desonera o contribuinte do ônus de elidi-la com elementos de prova, como previsto no § 6º, do art. 123 do RPAF/99. Infração subsistente. 2. RECOLHIMENTO A MENOS. APLICAÇÃO DE ALÍQUOTA DIVERSA DA PREVISTA NA LEGISLAÇÃO. SAÍDAS DE MERCADORIAS REGULARMENTE ESCRITURADAS. As operações arroladas são operações de remessa para o fornecedor analisar os defeitos e decidir quanto a reposição por garantia. Nas notas fiscais, a autuada indicou se tratar de remessa para avaliação com a indicação da nota fiscal de origem. Infração insubsistente. 3. FALTA DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTO. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. EXERCÍCIO FECHADO. a) OMISSÕES DE SAÍDAS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA; b) ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. Ainda que reconheça a existência de parte das omissões constatadas, a autuada buscou justificá-las alegando problemas no seu sistema interno sem indicar especificamente o impacto desses equívocos. Impugnação desacompanhada de elementos de prova que sustentem as alegações da defesa, pois, tendo em vista que as regras específicas da EFD, a simples negativa de cometimento das infrações não desonera o sujeito passivo de elidi-las na forma legalmente prevista. Infração subsistente. 4. DOCUMENTOS FISCAIS. FALTA DE REGISTRO NA ESCRITA FISCAL. MERCADORIAS NÃO TRIBUTÁVEIS. EXIGÊNCIA DE MULTA. A EFD substituiu a escrituração e impressão dos livros fiscais, conforme disposto no art. 247, § 1º do RICMS/2012, restando comprovado o descumprimento da obrigação acessória. Multa de 1%, calculada sobre o valor comercial das mercadorias e serviços que tenham entrado ou tomado pelo estabelecimento sem o devido registro na escrita fiscal. Parte das notas fiscais não registradas o contribuinte alega não ter recebido as mercadorias, sem, contudo, adotar os procedimentos previstos nos §§ 16 e 17 do art. 88 do RICMS/2012. Parte das notas fiscais estão escrituradas. Refeitos de ofício os cálculos. Infração parcialmente subsistente. Indeferido o pedido de diligência. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração foi lavrado em 25/09/2020, para exigir o crédito tributário no valor histórico de R\$ 130.195,44, acrescido de multa, pela constatação das infrações a seguir descritas.

INFRAÇÃO 01 – 01.02.40. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS em valor superior ao destacado nos documentos fiscais, para fatos ocorridos em julho a dezembro de 2015, janeiro a dezembro de 2016. ICMS no valor de R\$ 2.549,73, acrescido da multa de 60%, tipificada no art. 42, inc. VII, alínea “a” da Lei nº 7.014/96.

Enquadramento legal: Artigos 29 e 31 da Lei nº 7.014/96 c/com art. 309, § 6º do RICMS/2012.

INFRAÇÃO 02 – 03.02.02. Recolheu a menor ICMS em razão de aplicação de alíquota diversa da prevista na legislação nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, para fatos ocorridos em janeiro a junho, agosto a dezembro de 2015, janeiro a dezembro de 2016. ICMS no valor de R\$ 1.320,46, acrescido da multa de 60%, tipificada no art. 42, inc. II, alínea “a” da Lei nº 7.014/96.

Enquadramento legal: Artigos 15, 16 e 16-A da Lei nº 7.014/96.

INFRAÇÃO 03 – 04.05.08. Falta de recolhimento do imposto na condição de responsável solidário, por ter adquirido mercadorias de terceiro desacompanhadas de documentação fiscal e, consequentemente, sem a respectiva escrituração das entradas de mercadorias sujeitas ao regime de Substituição Tributária, apurado mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias em exercício fechado, para fatos ocorridos em 2015 e 2016. ICMS no valor de R\$ 73.070,85, acrescido da multa de 100%, tipificada no art. 42, inc. III da Lei nº 7.014/96.

Enquadramento legal: art. 6º, inc. IV, art. 23, inc. I da Lei nº 7.014/96 c/com art. 217 do RICMS/2012 e art. 10, inc. I, alínea “a” da Portaria nº 445/98.

INFRAÇÃO 04 – 04.05.09. Falta de recolhimento do imposto, por antecipação tributária, de responsabilidade do próprio sujeito passivo, apurado em função do valor acrescido, de acordo com percentuais de margem de valor adicionado, deduzida parcela do tributo calculado a título de crédito fiscal, por ter adquirido mercadorias de terceiro desacompanhada de documento fiscal, decorrente da omissão de registro de entrada de mercadorias sujeitas ao regime de Substituição Tributária, apurado mediante levantamento quantitativo de estoque, em exercício fechado, para fatos ocorridos em 2015 e 2016. ICMS no valor de R\$ 52.450,27, acrescido da multa de 60%, tipificada no art. 42, inc. II, alínea “d” da Lei nº 7.014/96.

Enquadramento legal: art. 6º, inc. IV, art. 23, inc. II da Lei nº 7.014/96 c/com art. 217 do RICMS/2012 e art. 10, inc. I, alínea “b” da Portaria nº 445/98.

INFRAÇÃO 05 – 16.01.02. Deu entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal, para fatos ocorridos em janeiro de 2015 a dezembro de 2016. Multa no valor de R\$ 804,13, tipificada no art. 42, inc. IX da Lei nº 7.014/96.

Enquadramento legal: Artigos 217 e 247 do RICMS/2012.

A autuada através de seu sócio administrador, impugnou o lançamento, fls. 29 a 314, onde inicialmente ao se referir a infração 01, informa que não houve recolhimento de ICMS para as mercadorias arroladas nas notas fiscais em razão de algumas delas terem sido adquiridas no estado da Bahia e as demais, adquiridas em outras unidades da Federação, já vieram com o ICMS-ST recolhido, inclusive com alguns fornecedores inscritos na condição de substituto tributário na Bahia.

Salienta que o Auditor Fiscal, não evidenciou o fato visualizado pelo sistema de informação utilizado pela Secretaria da Fazenda da Bahia como fato regular e repisa não ter ocorrido aproveitamento de crédito fiscal no recolhimento do imposto, portanto, conclui que não houve a prática da ilicitude apontada.

Relaciona as justificativas referentes a cada nota fiscal, com objetivo de deixar clara sua exposição.

Sob a justificativa: “*Empresa inscrita no regime Tributário do Simples Nacional, não gerando crédito para aproveitamento, uma vez que veio acompanhada da Guia Nacional de Receitas Estaduais – GNRE. Não foi feito nenhum recolhimento por parte de RC Import's Autopeças Ltda., desta forma não foi causado nenhum dano às receitas tributárias ao estado por parte da atuada.*”, incluiu as notas fiscais de números:

1. 003.988, de 30/06/2015, da Rolmix Indústria e Comércio de Peças Automotivas Ltda.;
2. 002.875, de 17/07/2015, de W Souza Distribuidora de Autopeças Ltda. – ME
3. 010.339, de 28/07/2015, de Poly Reparos Comércio de Autopeças Ltda.
4. 003.710, de 13/08/2015, da Sax Automotive Ltda.
5. 008.996, de 12/08/2015, de Tríade Comércio e Indústria de Autopeças Ltda.
6. 009.347, de 29/10/2015, de Tríade Comércio e Indústria de Autopeças Ltda.
7. 011.124, de 07/03/2016, de Poly Reparos Comércio de Autopeças Ltda.
8. 130.325, de 21/03/2016, de Bressan Distribuidora de Peças e Motores Ltda.
9. 024.103, de 30/03/2016, de TSA Tecnologia em Sistemas Automotivos Ltda.
10. 795.461, de 06/04/2016, de Antonio Autopeças Ltda.
11. 116.324, de 31/03/2016, de Importadora e Distribuidora Peças e Acessórios Ltda.
12. 001.331, de 06/04/2016, de Autotechnica Comercial Importadora Ltda.
13. 007.051, de 24/03/2016, de Power Stop Indústria Comércio de Componentes Automotivos Ltda.
14. 026.452, de 06/04/2016, de Metalúrgica Iguaçu Ltda.
15. 015.989, de 25/04/2016, de Luporini Distribuidora de Autopeças Ltda.
16. 007.985, de 14/04/2016, de Camshafts Ind. Comércio Autopeças Ltda.
17. 001.364, de 10/05/2016, de Autotechnica Comercial Importadora Ltda.
18. 129.437, de 12/05/2016, de Mando Machinery Autopeças Ltda.
19. 170.337, de 17/05/2016, de Dayco Power Transmission Ltda.
20. 156.464, de 17/06/2016, de Jumori Com Autopeças Ltda.
21. 178.211, de 16/06/2016, de Sofape Fabricante de Filtros Ltda.
22. 054.345, de 21/06/2016, da Wega Motors Ltda.
23. 092.369, de 28/06/2016, de AMP Ind. Com Peças.
24. 001.450, de 11/07/2016, de Autotechnica Comercial Importadora Ltda.
25. 017.040, de 11/07/2016, de WD Ind. Com Imp. Exp. Ltda.
26. 194.606, de 20/07/2016, de Autotechnica Comercial Importadora Ltda.
27. 089.375, de 29/07/2016, de Aplic Com Ind. Autopeças Ltda.
28. 091.274, de 29/07/2016, de Viemar Ind. Com Ltda.
29. 094.253, de 02/08/2016, de AMP Ind. Com de Peças Ltda.
30. 017.688, de 22/08/2016, de Luporini Distribuidora de Autopeças Ltda.
31. 016.552, de 15/08/2016, de NYT Ind. Com Autopeças Ltda.
32. 105.274, de 24/08/2016, da Metalúrgica Schadek Ltda Matriz.
33. 092.916, de 26/08/2016, da Viemar Ind. Com Ltda.

34. 017.980, de 09/09/2016, da Luporini Dist Autopeças Ltda.
35. 046.090, de 19/10/2016, da Isapa Imp. Com Ltda.
36. 009.880, de 25/10/2016, da Flanacar Com Autopeças Ltda.
37. 009.878, de 25/10/2016, da Flanacar Com Autopeças Ltda.
38. 009.879, de 25/10/2016, da Flanacar Com Autopeças Ltda.
39. 006.375, de 03/11/2016, da Rid Ud Calotas Ind. Com Plásticos.
40. 124.975, de 11/11/2016, da Sampel Ind. Com Peças Automotivas Ltda.
41. 018.884, de 11/11/2016, da Luporini Dist Autopeças Ltda.
42. 096.683, de 25/11/2016, da Viemar Ind. Com Ltda.
43. 072.508, de 26/11/2016, da Private Brasil Ind. Com Imp de Peças Automotivas Ltda.
44. 037.346, de 06/12/2016, da Willtec Ind. Com Ltda.

Usando a justificativa: “*Trata-se de 34 unidades de cadernetas de anotações de MOBIL, para anotações diversas e rascunhos dos funcionários.*”, relacionou as seguintes notas fiscais:

1. 007.315, de 22/07/2015, de 7LUB Lubrificantes Ltda.
2. 008.511, de 19/08/2015, de 7LUB Lubrificantes Ltda.

A justificativa: “*Esta mercadoria, constante na referida nota fiscal, veio acompanhada da Guia Nacional de Receitas Estaduais – GNRE. Não foi feito nenhum recolhimento por parte de RC Import's Autopeças Ltda, desta forma não foi causado nenhum dano às receitas tributárias ao Estado por parte da Autuada.*”, foi utilizada para as seguintes notas fiscais:

1. 028.721, de 16/07/2015, de Willtec Indústria e Comércio Ltda.
2. 176.420, de 27/07/2015, de Decar Autopeças Ltda.
3. 026.249, de 05/08/2015, de Forcecar Autopeças Ltda.
4. 056.310, de 20/08/2015, de Bacurity Comercial, Importação e Exportação Ltda.
5. 057.790, de 30/09/2015, de Bacurity Comercial, Importação e Exportação Ltda.
6. 35006, de 21/09/2015, de Isapa Importação e Comércio Ltda.
7. 745.033, de 10/09/2015, da Metalúrgica Schadek Ltda.
8. 745.033, de 10/09/2015, de Antonio Autopeças Ltda.
9. 001.102, de 31/08/2015, de Autotechnica Comercial Importadora Ltda.
10. 001.188, de 16/11/2015, de Autotechnica Comercial Importadora Ltda.
11. 553.136, de 03/11/2015, de Comercial Jahu Borrachas e Autopeças Ltda.
12. 1219, de 16/12/2015, de Autotechnica Comercial Importadora Ltda.
13. 011.312, de 24/11/2015, de HF Sistemas de Freio Ltda.
14. 019.846, de 04/12/2015, de FTE Indústria e Comércio Ltda.
15. 752.330, de 08/10/2015, de Antonio Autopeças Ltda.
16. 019.846, de 04/12/2015, de FTE Indústria e Comércio Ltda.
17. 048.273, de 15/01/2016, de Wega Motors Ltda.

Sob a justificativa: “*Empresa Distribuidora de Autopeças que está situada no Estado da Bahia, além de sua mercadoria ser peças automotivas, sujeita a substituição tributária, sendo assim*

não existe no que se tratar em um novo recolhimento destas mercadorias. “, incluiu as notas fiscais números:

1. 250.575, de 03/08/2015, de Real Moto Peças Ltda – Filial Salvador-BA.
2. 250.894, de 05/08/2015, de Real Moto Peças Ltda – Filial Salvador-BA.
3. 003.574, de 21/07/2015, de Starnew Informática Ltda.
4. 051.309, de 11/08/2015, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
5. 261.181, de 30/10/2015, de Real Moto Peças Ltda – Filial Salvador-BA.
6. 172.094, de 28/10/2015, de Comercial Automotiva S.A.
7. 260.037, de 21/10/2015, de Real Moto Peças Ltda – Filial Salvador-BA.
8. 305.792, de 15/10/2015, de Distribuidora Automotiva S.A.
9. 259.372, de 15/10/2015, de Real Moto Peças Ltda – Filial Salvador-BA.
10. 258999, de 13/10/2015, de Real Moto Peças Ltda – Filial Salvador-BA.
11. 23607, de 07/10/2015, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
12. 53426, de 01/10/2015, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
13. 53349, de 30/09/2015, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
14. 52282, de 01/09/2015, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
15. 311203, de 26/11/2015, de Distribuidora Automotiva S.A.
16. 55397, de 26/11/2015, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
17. 055.277, de 23/11/2015, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
18. 174.048, de 23/11/2015, de Comercial Automotiva S.A.
19. 309.939, de 18/11/2015, de Distribuidora Automotiva S.A.
20. 054.942, de 13/11/2015, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
21. 054.807, de 10/11/2015, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
22. 055.791, de 09/12/2015, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
23. 264.515, de 30/11/2015, de Real Moto Peças Ltda – Filial Salvador-BA.
24. 056.584, de 04/01/2016, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
25. 056.608, de 05/01/2016, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
26. 051.441, de 08/01/2016, da Raimundo Moraes Costa.
27. 056.998, de 13/01/2016, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
28. 121.635, de 18/01/2016, da Eletropar Autopeças Ltda.
29. 057.191, de 19/01/2016, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
30. 057.601, de 28/01/2016, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
31. 190.702, de 02/02/2016, da SK Automotive S/A – Distribuidora de Autopeças.
32. 057.601, de 28/01/2016, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
33. 057.848, de 04/02/2016, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
34. 180.452, de 04/02/2016, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
35. 057.878, de 04/02/2016, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.

36. 057.892, de 05/02/2016, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
37. 053.723, de 10/02/2016, da Raimundo Moraes Costa.
38. 054.066, de 18/02/2016, da Raimundo Moraes Costa.
39. 058.279, de 19/02/2016, da Car-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
40. 181.893, de 24/02/2016, da Comercial Automotiva S/A
41. 055.452, de 21/03/2016, da Raimundo Moraes Costa.
42. 055.865, de 31/03/2016, da Raimundo Moraes Costa.
43. 011.061, de 19/04/2016, da Girando Comércio de Peças Ltda
44. 186.493, de 19/04/2016, da Comercial Automotiva S/A.
45. 060.433, de 19/04/2016, da CAR-Central de Autopeças Rolamentos Ltda.
46. 011.475, de 28/04/2016, da Girando Comércio de Peças Ltda.
47. 187.352, de 29/04/2016, da Comercial Automotiva S.A.
48. 008.941, de 13/05/2016, da Vasco Imports Autopeças Ltda.
49. 284935, de 19/05/2016, da Real Moto Peças Ltda – Filial Salvador-BA.
50. 189.230, de 20/05/2016, da Comercial Automotiva S/A.
51. 189.443, de 24/05/2016, da Comercial Automotiva S/A.
52. 198.416, de 25/05/2016, da SK Automotive S/A – Distribuidora de Autopeças.
53. 012.784, de 24/05/2016, da Girando Comércio de Peças Ltda.
54. 129.207, de 30/05/2016, da Girando Comércio de Peças Ltda
55. 190.689, de 07/06/2016, da Comercial Automotiva S/A.
56. 062.080, de 07/06/2016, da Car-Central de Autopeças Ltda.
57. 334.426, de 10/06/2016, da Distribuidora Automotiva S/A
58. 013.754, de 10/06/2016, da Girando Comércio de Peças Ltda.
59. 062.374, de 13/06/2016, da Car-Central de Autopeças Ltda.
60. 062.490, de 16/06/2016, da Car-Central de Autopeças Ltda.
61. 289.141, de 22/06/2016, da Real Moto Peças Ltda – Filial Salvador-BA
62. 062.763, de 22/06/2016, da Car-Central de Autopeças Ltda.
63. 290.288, de 04/07/2016, da Real Moto Peças Ltda – Filial Salvador-BA.
64. 7.573.433, de 06/07/2016, da Norsa Refrigerantes Ltda.
65. 193.219, de 06/07/2016, da Comercial Automotiva S/A
66. 194.606, de 20/07/2016, da Comercial Automotiva S/A
67. 063.816, de 21/07/2016, da Car-Central de Autopeças Ltda.
68. 016.628, de 02/08/2016, da Girando Comércio de Peças Ltda.
69. 195.863, de 02/08/2016, da Comercial Automotiva S/A
70. 294.082, de 03/08/2016, da Real Moto Peças Ltda – Filial Salvador-BA.
71. 064.299, de 03/08/2016, da Car-Central de Autopeças Ltda.
72. 018.630, de 06/09/2016, da Girando Comércio de Peças Ltda.

73. 065.889, de 09/09/2016, da Car-Central de Autopeças Ltda.
74. 062.540, de 06/09/2016, da Raimundo Moraes Costa.
75. 009.598, de 13/09/2016, da Vasco Imports Autopeças Ltda.
76. 066.367, de 21/09/2016, da Car-Central de Autopeças Ltda.
77. 063.516, de 29/09/2016, da Raimundo Moraes Costa.
78. 067.053, de 06/10/2016, da Car-Central de Autopeças Ltda.
79. 7.857.044, de 05/10/2016, da Norsa Refrigerantes Ltda.
80. 020.747, de 14/10/2016, da Girando Comércio de Peças Ltda.
81. 067.371, de 14/10/2016, da Car-Central de Autopeças Ltda.
82. 067.874, de 27/10/2016, da Car-Central de Autopeças Ltda.
83. 289.520, de 31/10/2016, da Pellegrino Distribuidora de Autopeças Ltda.
84. 067.934, de 28/10/2016, da Car-Central de Autopeças Ltda.
85. 305.675, de 01/11/2016, da Real Moto Peças Ltda – Filial Salvador-BA.
86. 065.089, de 09/11/2016, da Raimundo Moraes Costa.
87. 204.678, de 10/11/2016, da Comercial Automotiva S/A
88. 308.576, de 23/11/2016, da Real Moto Peças Ltda – Filial Salvador-BA.
89. 240.819, de 24/11/2016, da Eurovia Veículos S/A
90. 069.781, de 15/12/2016, da Car-Central de Autopeças Ltda.

Justificando que *“Foi comprado material de informática para uso e consumo de e não para revenda, desta forma não tem o que se manifestar em relação ao recolhimento de ICMS.”*, relacionou a seguinte nota fiscal número:

1. 038.739, de 04/08/2015, de Quirion Indústria e Comércio de Informática Ltda.

Sob o argumento *“Empresa Distribuidora de líquidos gaseificados que está situada no Estado da Bahia, além de sua mercadoria ser peças automotivas, sujeita a substituição tributária, sendo assim não existe no que se tratar em um novo recolhimento destas mercadorias.”*, incluiu as notas fiscais de números:

1. 7.026.776, de 06/01/2016, da Norsa Refrigerantes Ltda.
2. 7.070.288, de 21/01/2016, da Norsa Refrigerantes Ltda.
3. 7.150.423, de 17/02/2016, da Norsa Refrigerantes Ltda.

Em relação a nota fiscal nº 007.872, de 12/09/2016, da Power Stop Indústria Comércio Componentes Automotivos Ltda., diz que não foi feito nenhum recolhimento por parte da Empresa RC Import's Autopeças Ltda., desta forma não foi causado nenhum dano às receitas tributárias ao estado por parte da autuada, pois a mercadoria está em prazo de garantia e em retorno para entrega ao cliente.

Conclui asseverando que não utilizou indevidamente de crédito fiscal de ICMS em valor superior ao destacado nos documentos fiscais, o que fica claro na escrituração das referidas notas fiscais no livro de entrada de ICMS, que diz anexar.

Acrescenta que sobre as notas fiscais não tem a obrigação de recolhimento do ICMS por sua parte, uma vez que se trata de mercadorias sujeitas a Substituição Tributária, tendo desta forma, o imposto já recolhido por parte do fornecedor. Sendo assim, não existe nada a ser tratado sobre o aproveitamento indevido de crédito tributário nas referidas notas fiscais. E justifica ter havido uma falha do operador do registro das entradas das mercadorias no seu sistema de informação.

Complementa que recebeu brindes para distribuição com seus funcionários, máquinas e equipamentos de informática que foram utilizados na substituição dos aparelhos antigos utilizados pela equipe de vendas, portanto, não são itens para revenda.

Quanto a infração 02, ressalta que não usou de conduta errônea em sua operação. Explica que houve a aplicação do regulamento de ICMS do estado de destino da mercadoria, que orienta sobre a forma de emissão da nota fiscal quando as mercadorias seguem para análise de concessão da garantia.

Destaca que não cabe tal atribuição e nem a aplicação da operação a cargo da autuada, e sim apenas seguir de forma padronizada a devida regulamentação conforme explana: *“Por serem determinações dos estados pertencentes a região Sul e Sudeste, onde a alíquota aplicada é de 7%, por terem maior concentração de linha produtiva (indústrias), todas seguem esta mesma determinação, o que também nos obriga a emitir as notas fiscais com o CFOP: 6.949, com a natureza de operação ‘Remessa ou Simples Remessa’, mas, as mercadorias nelas expostas e aplicadas nestas operações, são todas que foram comercializadas a clientes e que posteriormente apresentaram alguma falha em seu funcionamento, sendo enviadas para os respectivos fornecedores para análise técnica para construção do laudo pericial com objetivo de saber de quem foi a motivação que ocasionou a falha do funcionamento da mesma. Isso é uma operação de devolução pelo fato de ser uma garantia ainda devida ao cliente”*.

Lembra que o Código de Defesa do Consumidor, concede o prazo de 30 dias para que a mercadoria com defeito seja *“solucionada com o consumidor sem prejuízo legal”*. Entendendo que nenhuma lei se sobrepõe a outra, assim, solicita que este colegiado se atenha aos fatos e chegue à conclusão de que a autuada não foi negligente.

Transcreve o art. 18 da Lei nº 8.078/90, que dispõe sobre a proteção do consumidor e afirma que todas as mercadorias foram adquiridas anteriormente, já foram pagas aos seus fornecedores e já houve o ressarcimento do imposto pago e devido pela antecipação total da mesma, conforme também é determinado na legislação.

Conclui que desta forma não há erro na aplicação de alíquota diversa, assim, requer a nulidade da cobrança.

Como suporte, reproduz texto da Decisão Normativa CAT nº 4 de 26/02/2010, publicado no DOE-SP em 27/02/2010, referente ao tema: *“ICMS - Devolução de mercadoria em virtude de garantia - Desfazimento da substituição tributária.”*

Em complemento, reproduz trecho do RICMS da Bahia, Seção I, que trata *“Da Substituição de Peças em Virtude de Garantia, por Concessionário, Revendedor, Agência ou Oficina Autorizada.”*, artigos 380 a 383.

Conclui que não houve recolhimento a menor, como apontado na infração, pois conforme argumentos e legislação, diz ter demonstrado se tratar de notas fiscais de materiais enviados para os setores de análise e garantia das fábricas, não para vendas e seguiram para os respectivos setores de garantias devendo retornar, a fim de serem entregues novamente aos adquirentes, seus clientes, sem nenhum ônus para os mesmos.

Repisa que não reconhece a infração por não ter ocorrido o fato descrito e nem refletir a expressão da verdade.

A infração 03, que a acusa de ter adquirido mercadorias de terceiros desacompanhadas de documento fiscal e, conseqüentemente sem a respectiva entrada de mercadorias sujeita ao regime de substituição tributária, apurado mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias em exercício fechado, justifica e pede o *“deferimento em partes da infração”*, pois encontra-se em anexo o Livro de Entrada de Mercadorias, onde diz ficar clara a escrituração da nota fiscal, como também o recolhimento de DAE's, expedidos pela SEFAZ.

Reproduz a lista de mercadorias com a sua respectiva movimentação, que entende comprovar que não houve nenhuma omissão de entrada das respectivas mercadorias.

Em seguida apresenta listagem das notas fiscais que foram lançadas no seu sistema de informação em conformidade com o Livro Fiscal de Entrada de Mercadorias e controle do ICMS, o que diz comprovar que não houve omissões na forma apontada pelo Auditor Fiscal.

Reconhece em parte as infrações 03 e 04, pois, admite que houve de fato alguns poucos erros. Contudo, não correspondente ao valor cobrado. Garante que não houve omissão de entrada de todos os produtos constantes no relatório, porém, reconhece que a ocorrência de erros de digitação por parte do operador o que provocou “*algumas poucas omissões*”, sendo estas reconhecidas e recolhidas.

Diz que anexou planilhas detalhadas sobre a movimentação de seus produtos, além de ter conferido a escrituração de entrada das notas fiscais, as quais constam no Livro de Entradas ICMS, que está anexado.

A infração 05, que lhe acusa de ter adquirido mercadorias de terceiros desacompanhadas de documento fiscal e, conseqüentemente sem a respectiva escrituração nos livros de entrada, argui que o citado livro comprova a escrituração das seguintes notas fiscais:

Exercício - 2015				Exercício – 2016			
Nº NF-e	Data	CNPJ – Fornecedor	Escriturada	Nº NF	Data	CNPJ – Fornecedor	Escriturada
031.472	23/04/2015	75.843.599/0001-24	SIM	126.786	09/03/2016	03.458.819/0001-95	SIM
122.743	11/05/2015	90.492.695/0001-69	SIM	516.376	30/04/2016	04.798.469/0001-79	SIM
001.608	22/05/2015	18.812.577/0001-63	SIM	129.441	12/05/2016	03.458.819/0001-95	SIM
404.238	25/05/2015	52.472.438/0001-76	SIM	017.041	11/07/2016	14.311.163/0001-08	SIM
036.053	09/09/2015	49.035.678/0001-07	SIM	004.687	12/07/2016	06.232.212/0001-80	SIM
000.858	02/10/2015	08.770.159/0001-05	SIM	005.150	12/07/2016	10.526.771/0001-70	SIM
005.700	16/11/2015	04.679.434/0001-10	SIM	006.072	14/07/2016	07.599.094/0001-06	SIM
118.447	17/11/2015	76.523.554/0024-21	SIM	064.207	18/10/2016	40.527.723/0001-68	SIM
006.712	17/11/2015	66.943.648/0001-00	SIM	009.879	11/11/2016	04.447.092/0001-03	SIM
001.778	25/11/2015	02.550.179/0001-86	SIM	013.754	12/11/2016	34.307.884/0001-43	SIM
428.131	18/12/2015	52.472.438/0001-76	SIM	025.495	13/12/2016	68.647.312/0007-10	SIM

Acrescenta que as outras notas fiscais não foram recebidas, ou seja, foram emitidas, mas não foram enviadas para a empresa.

Conclui, não reconhecendo a infração, pois as notas fiscais que não foram lançadas, também não as recebeu em sua sede, vez que não foram enviadas pelos fornecedores e não possuem quitação e nem documentos de cobrança.

Complementa que existem notas fiscais que foram enviadas e escrituradas em seu Livro de Entrada e se encontram anexadas, que servirão de base para uma nova análise por parte do Auditor Fiscal.

Se compromete a recolher os valores cobrados, referentes as notas fiscais não encontradas e que não foram enviadas pelos seus fornecedores, mesmo estando corretamente alinhada em suas operações fiscais.

Ressalta por fim, que após as conferências das infrações, foram vistas que em sua maioria não correspondem ao que consta nos relatórios.

Relata que a base da conferência teve como objetivo buscar no documento físico a informação analisada pelo Auditor Fiscal, não se pautou numa análise contundente, pois existem vários elementos que poderiam ser utilizados para que o serviço de auditoria fosse feito de forma mais próxima da exatidão e não simplesmente baseando-se em elementos que unicamente lhe responsabilizam, suscetíveis a erros humanos.

Destaca que fica também evidenciado, que faltaram ao Auditor Fiscal, a disponibilidade de técnicas plausíveis na verificação das informações e até mesmo a checagem das informações, antes que estes virassem um Auto de Infração.

Cita como exemplos, o fato de não ter sido avaliado e nem visualizado os valores referentes a DMA dos exercícios de 2015 e 2016, onde poderiam ser analisados e evidenciado um possível erro ou não, por parte da autuada.

Requer:

- i) Que seja refeita a análise dos dados constantes neste Auto de Infração, levando em consideração os novos dados e também os seus argumentos, sendo elaboradas novas planilhas para uma nova checagem por parte da empresa; e
- ii) Que após uma nova análise por parte do Auditor Fiscal, com a confecção de novas planilhas e notas, seja reaberto o prazo de defesa de 60 dias, conforme determina a legislação em vigor.

O autuante presta a informação fiscal às fls. 1.008 a 1.031, onde, transcreve as infrações, os argumentos da defesa e informa que todo o trabalho foi baseado na Escrituração Fiscal Digital – EFD do contribuinte, nas notas fiscais eletrônicas recebidas/emitidas e nas informações constantes dos sistemas da SEFAZ.

Ressalta que os livros e documentos válidos são os constantes na escrituração fiscal digital, conforme preceitua o art. 247 do RICMS/2012.

Quanto a infração 01, esclarece que ao confrontar as informações constantes na EFD com as notas fiscais eletrônicas existentes no banco de dados da SEFAZ, constatou que houve a utilização indevida do crédito fiscal de ICMS em valor superior ao destacado no documento fiscal, e em seguida apresenta uma amostragem das notas, conforme consta nas EFDs do contribuinte, onde diz constatar que houve a utilização indevida do crédito, conforme os demonstrativos “Crédito fiscal a maior que o destacado na nota fiscal”.

Solicita que a infração seja julgada procedente no valor histórico de R\$ 2.549,73.

Para a infração 02, informa que, apesar do contribuinte alegar que as notas fiscais se tratam de envio de produtos em garantia, e que aplicou a regra imposta pelo regulamento do ICMS do estado de destino, afirma que não pode prosperar tais alegações, visto que o RICMS/BA - Decreto 13.780/2012, em seus artigos 380 a 383, estabelece os procedimentos para substituição de peças em virtude de garantia.

Acrescenta que, as notas fiscais emitidas destinadas ao envio para as empresas fornecedoras não constam informações referentes as notas fiscais de entradas junto a autuada, e o CFOP utilizado não é o condizente, visto que o mais apropriado seria o CFOP 6.915 - Remessa de mercadoria ou bem para conserto ou reparo.

Assim, solicita que a infração seja julgada procedente no valor histórico de R\$ 1.320,46.

Ao abordar as infrações 03 e 04 repisa que o trabalho desenvolvido foi baseado na análise da EFD do contribuinte, nas notas fiscais eletrônicas recebidas/emitidas e nas informações constantes dos sistemas da SEFAZ/BA.

Aponta que na defesa, o contribuinte apresentou lista de mercadorias, contendo o estoque inicial, entradas, saídas e o estoque final, item por item. Entretanto, não demonstrou de forma clara os equívocos cometidos pela fiscalização, visto que os levantamentos quantitativos de estoques foram realizados baseados nas informações constantes na EFD e NF-e, não havendo na defesa a indicação de indícios de erros no procedimento fiscalizatório.

Solicita que as infrações sejam julgadas procedentes nos valores histórico, respectivamente, de R\$ 73.070,85 e R\$ 52.450,27.

Ao tratar da infração 05, esclarece que, conforme determina a legislação, o livro de entrada válido, é aquele contido na EFD do contribuinte, e nele não se encontram registradas as notas fiscais listadas nos demonstrativos “Multa - Nota fiscal de entrada não lançada”, motivo pelo qual solicita que a infração seja julgada procedente no valor histórico de R\$ 804,13.

Ante o exposto, reafirma está correto o trabalho executado e solicita, salvo melhor juízo, que o Auto de Infração seja julgado totalmente procedente.

É o relatório.

VOTO

O Auto de Infração em análise imputa ao sujeito passivo a acusação de cinco infrações, todas tempestivamente impugnadas.

O sujeito passivo, é contribuinte do ICMS, estabelecido em Salvador, inscrito no Cadastro Estadual na condição Normal e atua na atividade econômica principal de comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores.

A cientificação do contribuinte do início da ação fiscal ocorreu em 21/07/2020, quando da leitura da mensagem código 167185, postada no Domicílio Tributário Eletrônico – DT-e, no mesmo dia, fl. 13.

Os demonstrativos sintéticos que suportam as infrações, estão apensados aos autos, fls. 15 a 22, e os analíticos, gravados na mídia CD, fl. 25, contendo todos os dados necessários ao entendimento das infrações, assim como demais elementos e memória de cálculo que possibilitem ao contribuinte de forma plena exercer seu direito de defesa e contraditório.

A autuada arguiu nulidade exclusivamente da infração 02, que a acusa de ter recolhido a menor o ICMS em razão de aplicação de alíquota diversa da prevista na legislação, sob o argumento de que: *“...todas estas mercadorias já foram adquiridas anteriormente, já foram pagas aos seus fornecedores e já houve o ressarcimento do imposto pago e devido pela antecipação total da mesma, conforme também é determinado na legislação. Desta forma não tem o que se colocar em relação a erro na aplicação de alíquota diversa, sendo assim, requeremos pela nulidade desta cobrança.”*, argumento que se refere ao mérito da infração.

Desse modo, essa arguição será abordada quanto da análise do mérito da infração 02.

Constato que o lançamento foi realizado em observância às determinações legais e regulamentares, vez que o Auto de Infração foi lavrado por autoridade administrativa competente para constituir o crédito tributário decorrente de procedimento administrativo que em cumprimento a ordem de serviço, regularmente emitida pela Administração Tributária, aplicou os roteiros de auditoria adequados e tendo verificado a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, determinou a matéria tributável, calculou o montante do tributo devido, identificou o sujeito passivo e aplicou a penalidade cabível, prevista na lei.

Observo ainda, que o direito de ampla defesa e contraditório do contribuinte foi plenamente preservado, inexistindo qualquer vício ou falha que macule de nulidade o Auto de Infração.

Quanto ao pedido para que se determine uma nova análise por parte do Auditor Fiscal, com confecção de novas planilhas e notas e que seja reaberto o prazo de defesa, considero como um pedido de diligência, indefiro, com base no art. 147, inc. I, alínea “a” do RPAF/99.

Assim, passo a analisar o mérito das infrações.

A infração 01, acusa o contribuinte de ter utilizado indevidamente crédito fiscal de ICMS em valor superior ao destacado nos documentos fiscais.

Compulsando os demonstrativos analíticos, gravado no CD sob o título “Crédito fiscal a maior que o destacado na nota fiscal” 2015 e 2016, e os registros da Escrituração Fiscal Digital – EFD do contribuinte em cotejo com os dados das notas fiscais, constantes no Portal da Nota Fiscal Eletrônica, verifico que foram lançados valores á crédito de ICMS, superiores aos destacados na NF-e, como por exemplo:

- a) NF-e nº 007.315, chave de acesso 29150720731768000142550010000073151005548350, emitida em 23/07/2015, CFOP 5.910 - *Remessa em bonificação, doação ou brinde*, onde não consta destacado o imposto e o contribuinte se apropriou na escrita fiscal do crédito fiscal no valor de R\$ 17,05;
- b) NF-e nº 001.188, chave de acesso 42151117261262000102550010000011881499207461, emitida em 18/11/2015, CFOP 6.403 - *Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros em operação com mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, na condição de contribuinte substituto*, onde consta destacado o ICMS normal de R\$ 120,12; o ICMS-ST de 277,07, tendo o contribuinte se apropriado do crédito fiscal de R\$ 127,68, ou seja, um crédito maior que o destacado na NF-e;
- c) NF-e nº 053.723, chave de acesso 29160240527723000168550040000537231496634379, emitida em 11/02/2016, CFOP 5.403 - *Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros em operação com mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, na condição de contribuinte substituto*, onde não consta o destaque do ICMS e o contribuinte lançou a crédito referente a esta nota fiscal o valor de R\$ 42,84;
- d) NF-e nº 037.346, chave de acesso 35161296474523000149550010000373461000302116, emitida em 06/12/2016, CFOP 6.401 - *Venda de produção do estabelecimento em operação com produto sujeito ao regime de substituição tributária, na condição de contribuinte substituto*, onde constam os destaques do ICMS normal de R\$ 519,87 e o ICMS-ST de R\$ 2.225,27, tendo o contribuinte registrado a título de crédito fiscal R\$ 521,71, portanto maior que o destacado na nota fiscal.

A defesa trouxe argumentos que efetivamente não elidem a infração, pois não foram apresentados argumentos relacionados a infração. O contribuinte apenas negou o cometimento da infração e exaustivamente apontou ocorrências referentes a cada operação para em seguida informar que as notas fiscais não implicaram na obrigação de recolhimento do ICMS, vez que se trata de mercadorias sujeitas a substituição tributária, portanto, o imposto já fora recolhido pelo remetente. Ou seja, os argumentos apresentados não apresentam nexos com os achados de auditoria que culminaram com a infração.

Conclui que não existe nada a ser tratado sobre o aproveitamento indevido de crédito fiscal destacado nas notas fiscais e admite que ocorreu “uma falha do operador do registro das entradas das mercadorias no sistema de informação da empresa”.

Pelo exposto, a infração está caracterizada.

A infração 02, trata do recolhimento a menor do ICMS em virtude da aplicação de alíquotas diversas daquelas legalmente previstas.

Nos demonstrativos foram arroladas notas fiscais emitidas pela atuada sob o CFOP 6.949 - Outra saída de mercadoria ou prestação de serviço não especificado, onde aplicou a alíquotas de 7% no cálculo do ICMS.

A defesa alegou que são operações de retorno de peças para análise do fabricante quanto a concessão de garantia, ou seja, peças que apresentaram defeitos e seguiram para que o fabricante avalie a possibilidade de devolução ou remessa de outra peça em substituição.

Assim, como os destinatários estão estabelecidos nas regiões Sul e Sudeste, aplicou a alíquota de 7%, e utilizou o CFOP: 6.949, com a natureza de operação “Remessa ou Simples Remessa”, ou seja, as mercadorias foram comercializadas a clientes e que posteriormente apresentaram alguma falha em seu funcionamento, sendo enviadas para os respectivos fornecedores para análise técnica e elaboração de laudo pericial para fins de responsabilização pelo defeito.

Ressalta que são operações de devolução pelo fato de ser uma garantia ainda devida ao cliente.

O autuante, na informação fiscal, apontou que o contribuinte deveria ter seguido o que determina os artigos 380 a 383 do RICMS/2012, que estabelece os procedimentos para substituição de peças em virtude de garantia.

Indicou ainda, que as notas fiscais emitidas para o envio das peças aos fornecedores não há informações referentes as notas fiscais de entradas junto a autuada, e o CFOP utilizado não é o condizente, visto que o mais apropriado seria o CFOP 6.915 - Remessa de mercadoria ou bem para conserto ou reparo.

Vejo que no caso, após a análise das cópias dos DANFE's trazidos pela defesa, fls. 552 a 596, que efetivamente trata-se de remessas de peças automotivas para empresas sediadas nas regiões Sul e Sudeste.

Como já dito linhas acima, a autuada é um estabelecimento comercial revendedor de peças e acessórios novos para veículos automotores. Não é uma oficina credenciada ou autorizada, portanto, as operações não correspondem a saídas de peças defeituosas a serem substituídas.

Dos artigos citados pelo autuante, constato que se aplicaria no caso em análise o disposto no art. 382, do RICMS/2012, *verbis*.

Art. 382. Nas remessas da peça defeituosa para o fabricante, o estabelecimento ou a oficina credenciada ou autorizada deverá emitir nota fiscal, que conterá, além dos demais requisitos, o valor atribuído à peça defeituosa referido no inciso II do caput do art. 380.

Contudo, pelos fatos descritos na defesa, as operações não se referem a devolução de peças e sim remessa para análise das condições de garantia pelo fabricante. Efetivamente, somente *a posteriori*, após a avaliação do fabricante, essa devolução poderá ou não se concretizar.

Constato que na maioria dos casos, há a indicação da nota fiscal de aquisição no campo das informações complementares. Também é importante frisar que não implica em descumprimento de obrigação acessória a escolha e utilização nessas operações do CFOP 6.949 em vez do 6.915.

Por se tratar de uma devolução de mercadoria, o procedimento adotado pelo contribuinte não causou prejuízo ao Fisco, de modo que considero insubsistente a infração 02.

As infrações 03 e 04, decorreram de levantamento quantitativo de estoques em exercício fechado, a primeira exige o ICMS do contribuinte na condição de responsável solidário, por ter adquirido mercadorias de terceiros desacompanhadas de documento fiscal, e a segunda, o ICMS-ST de responsabilidade do próprio sujeito passivo.

O levantamento foi efetuado, como bem frisou o autuante, com base nos dados da EFD do contribuinte, estando todos os resultados expostos nos demonstrativos gravados no CD.

O valor das exações foi apurado mediante levantamento quantitativo por espécie de mercadorias que se constitui em uma técnica fiscalizatória adotada pelos fiscos estaduais no desempenho das suas atividades, que consiste no comparativo das entradas, saídas e estoques inicial e final, de determinadas mercadorias, em um intervalo de tempo delimitado. Trata-se, por sua assertividade e simplicidade em um dos mais eficientes meios de se determinar a regularidade das atividades dos contribuintes com repercussão fiscal.

O exame se fundamenta no balanceamento das quantidades das entradas e saídas de mercadorias ocorridas num determinado período e executado com base nos dados escriturados nos livros e documentos fiscais, tendo como parâmetro a verificação destas quantidades a serem submetidas a equação matemática: $\text{ESTOQUE INICIAL} + \text{ENTRADAS} - \text{ESTOQUE FINAL} = \text{SAÍDAS REAIS}$.

Considerando que o levantamento quantitativo de estoque, decorre de dados de conhecimento do contribuinte e da aplicação de uma equação matemática, não se pode esquecer do seu caráter objetivo, motivo pelo qual, para desconstituí-lo, validamente, impõe-se que o sujeito passivo confira o levantamento elaborado pelo fisco, com base nos mesmos elementos utilizados e demonstre as possíveis incorreções existentes.

Do resultado decorrente deste levantamento somente cede lugar a alterações diante da existência de equívocos na alocação dos itens selecionados, tanto na espécie como na quantidade, bem como nos seus valores, levados a efeito no quantitativo.

A defesa, apesar de apresentar no corpo da defesa, levantamento detalhado de vários itens, fls. 57 a 156, não apontou de forma objetiva onde se poderia constatar irregularidade no levantamento procedido pela fiscalização, fato que reforça a assertividade dos cálculos.

O contribuinte apenas nega ter adquirido mercadorias de terceiros desacompanhadas de documento fiscal e reconhece parcialmente as infrações, ao admitir que ocorreram “*alguns poucos erros, não sendo este o valor que foi colocado no referido relatório*” que houve “*erros de digitação por parte do operador o que desencadeou algumas poucas omissões, sendo estas reconhecidas e recolhidas pela empresa.*”.

Conforme já dito, a defesa não indica quais os erros que considera cometidos pela fiscalização no levantamento, tampouco os erros que admite ter ocorrido nos seus registros fiscais.

Quanto a afirmação de teria recolhido os valores reconhecidos, registro que não os identifiquei no Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária - SIGAT.

De todo o exposto, tenho as infrações 03 e 04 como subsistentes.

Quanto a infração 05 que aplica multa percentual de 1% sobre o valor de cada nota fiscal de entrada de mercadoria no estabelecimento não registrada na EFD, a defesa alega que parte das notas fiscais arroladas pelo autuante foram escrituradas e as demais se referem a mercadorias não recebidas pela empresa, cujas notas fiscais não foram enviadas.

Da relação apresentada na defesa, em cotejo com a EFD do contribuinte, constatei somente o registro das notas fiscais 064207, de 18/10/2016 no valor de R\$ 497,98 e 009879, de 11/11/2016 no valor de R\$ 212,67, as quais procedo de ofício a exclusão do levantamento.

Quanto as notas fiscais que o contribuinte alegou não ter recebido as mercadorias, não procede tendo em vista que não foram adotadas as medidas previstas no art. 89, §§ 16 e 17, *in verbis*:

Art. 89. Do resultado da análise referida no art. 88, a Secretaria da Fazenda cientificará o emitente: (...)

§ 16. O contribuinte deverá apresentar boletim de ocorrência referente à queixa prestada na Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública, em razão do uso indevido do nome da empresa pelo remetente, a fim de afastar a presunção prevista em lei de entrada de mercadoria no estabelecimento, quando figurar como destinatário em operação declarada em nota fiscal eletrônica, sem que tenha efetivamente adquirido a mercadoria, mas não tenha registrado o evento “desconhecimento da operação”;

§ 17. Os contribuintes deverão verificar regularmente, mediante acesso ao endereço eletrônico <http://www.sefaz.ba.gov.br>, todas as notas fiscais emitidas com destino aos seus estabelecimentos, ficando obrigados, quando for o caso, a registrarem o evento “desconhecimento da operação” no prazo de até 70 dias contados da emissão da nota no endereço eletrônico www.nfe.fazenda.gov.br, salvo em relação às mercadorias previstas no § 14 deste artigo, cujo prazo será o nele estipulado.

Portanto, não acato o argumento e tenho a infração como parcialmente subsistente no valor de R\$ 797,03, conforme demonstrativo.

Ano	Mês	Valor
2015	01	19,11
2015	02	43,92
2015	03	16,12
2015	04	48,3
2015	05	64,72
2015	06	21,58
2015	07	11,09
2015	08	2,22
2015	09	7,66
2015	10	10,5
2015	11	64,76
2015	12	22,1
Total		332,08

Ano	Mês	Valor
2016	01	10,54
2016	02	17,86
2016	03	23,63
2016	04	8,87
2016	05	7,07
2016	06	19,78
2016	07	47,74
2016	08	2,2
2016	09	26,23
2016	10	11,79
2016	11	19,01
2016	12	270,23
Total		464,95

Por fim, quanto a afirmação da defesa de que faltou ao Auditor Fiscal a disponibilidade de técnicas na verificação das informações e até mesmo a checagem das informações, oferecendo como exemplos, o fato de não terem sido avaliados os valores declarados na DMA, registro que

se constitui realidade a disponibilização pela administração tributária de ferramentas institucionais, homologadas e eficientes para a consecução, com a requerida segurança, das auditorias a fim de que sempre se apure de forma esmerada possíveis infrações à legislação tributária e se exija o devido crédito tributário.

Quanto aos insumos, é cediço que o Fisco, já dispõe de fontes seguras de informações e registros fiscais, tais como: Nota Fiscal Eletrônica, Escrituração Fiscal Eletrônica, Escrituração Contábil Digital, dentre outros, todas decorrentes de registros das atividades mercantis dos contribuintes, por eles produzidos e conhecidos.

Quanto ao fato de o autuante não ter examinado a Declaração de Apuração do ICMS – DMA, lembro ser esta uma declaração de natureza econômico-fiscal, se constituindo em um resumo da escrita fiscal do contribuinte, conforme previsto no art. 255, § 1º, inc. I do RICMS/2012, ou seja, a DMA deve “*constituir-se em resumo e exato reflexo dos lançamentos efetuados nos livros Registro de Entradas, Registro de Saídas e Registro de Apuração do ICMS.*”, portanto, afigura-se medida desnecessária, tendo em vista que a fiscalização utilizou os dados da escrita fiscal (EFD) do contribuinte.

Pelo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **298950.0009/20-1**, lavrado contra **R C IMPORT S AUTO PEÇAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 128.070,85**, acrescido da multa de 60%, sobre R\$55.000,00 e 100% sobre 73.070,85, previstas no art. 42, incisos VII, alínea “a”, II alíneas “a” e “d” e inc. III da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa percentual no valor de **R\$ 797,03**, previstas no artigo 42 IX, do mesmo diploma legal e dos acréscimos moratórios conforme estabelece a Lei nº 9.837/05.

Sala virtual das Sessões do CONSEF, 16 de agosto de 2022.

JORGE INÁCIO DE AQUINO – PRESIDENTE

JOSÉ ADELSON MATTOS RAMOS – RELATOR

VALTÉRCIO SERPA JÚNIOR – JULGADOR